



Reunião Comissão Direito Empresarial – 21/07/2016

Roteiro/apontamentos:

- Breve introdução ao Direito Ambiental, fontes materiais e formais.
- Subdivisões do Direito Ambiental: natural, artificial, cultural e do trabalho.
- Eventos de destaque mundial que influenciaram nos tratados e convenções.
- Surgimento dos princípios ambientais, a economia verde e o desenvolvimento sustentável.
- Lei 6.938/81, PNMA – Política Nacional no Meio Ambiente.
- CRFB/88, art.225, § 3º.
- CRFB/88 é a primeira constituição brasileira a usar a expressão meio ambiente.
- Lei 9.605/98, art. 3º, Lei dos Crimes Ambientais.
- A natureza da condenação penal nos crimes ambientais difere da administrativa e da cível, podendo ocorrer a tripla condenação por atividades lesivas ao meio ambiente.
- Lei Complementar n° 140/2011, importante para o licenciamento e definição das competências dos entes.
- Princípios destacados em matéria ambiental.
- A Ação Popular e a Ação Civil Pública como instrumentos de tutela ambiental.
- Mandado de Segurança e o *habeas corpus* nas ações.
- A responsabilização administrativa como forma de inibir a degradação do meio ambiente e a responsabilização civil como instrumento de recuperação da degradação.
- destino das multas por infração ambiental.
- Considerações penais acerca da responsabilidade da empresa, critérios de política criminal, Lei dos Crimes Ambientais, Lei dos Juizados Especiais n° 9.099/95, princípio da insignificância em matéria ambiental.
- A função social da empresa, teorias da realidade de Gierke e da ficção de Savigny.
- Auditoria ambiental, *compliance*, ISO e *checklist* ambiental como instrumentos de sustentabilidade ambiental das empresas.
- Divergências, jurisprudência contemporânea, teoria da dupla imputação e teoria da realidade, *in dubio pro societate*, *in dubio pro natura*.